



A NOÇÃO DE ARQUIVO E A CIÊNCIA LINGUÍSTICA: CENTRO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS MATTOSO CÂMARA

Tatiana Freire de Moura¹

O Centro de Estudos Linguísticos Mattoso Câmara, daqui por diante CEL-Mattoso Câmara, está localizado na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Fisicamente falando, é uma sala da Biblioteca Central dessa universidade destinada à preservação da biblioteca e do arquivo pessoais do linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

Era desejo do próprio Mattoso que o acervo fosse doado à Universidade Católica de Petrópolis, na qual foi Professor Titular de Língua Portuguesa e Linguística por mais de dez anos. Ou seja, havia uma relação acadêmica entre Mattoso e a instituição que mantém seu acervo. Esse desejo e a efetivação do mesmo pela esposa após seu falecimento em 1970 são gestos de interpretação que, ao se inscreverem em uma Instituição, parecem indicar a necessidade de um lugar de memória para o trabalho e a autoria de Mattoso Câmara frente aos estudos da linguagem.

Considerando que as instituições são espaços que organizam, regulamentam e autorizam o conhecimento, a formação de um centro de estudos dessa natureza é a confirmação dessa "necessidade" e um gesto que constrói empírica e discursivamente esse lugar. Nesse processo, estabelece-se e legitima-se o que pode / o que deve e o que não pode / o que não deve se constituir como memória a se institucionalizar, neste caso, sobre Mattoso Câmara e sobre sua autoria frente ao saber linguístico.

A partir do exposto, levanto inicialmente duas questões: em que medida o Centro de Estudos Linguísticos se configura como centro de memória sobre Mattoso Câmara? Como sustenta uma determinada memória sobre este linguista e de que forma isso se materializa?

Orlandi diz que

a memória institucional (...) é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (...) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade. (ORLANDI, 2010, p. 4)

Assim, as instituições, ao praticarem, alimentarem, normatizarem o processo de significação, sobredeterminam os objetos que as constituem, tentando estabelecer sua memória tal como deve ser lembrada e apagando aquela a ser esquecida – pois toda memória é constituída por acontecimentos a serem lembrados e a serem esquecidos. Esse funcionamento da instituição no processo de construção do arquivo produz uma determinada discursividade sobre o saber, pois há a historicidade que o constitui, apagando outras discursividades possíveis.

¹ Doutoranda em Linguística (IEL-UNICAMP).



A discursividade produzida se marca no languageiro, o que se pode observar nesse trabalho, por exemplo, em um primeiro gesto de análise sobre o modo como se nomeia a descrição do inventário do acervo: "Biblioteca e Arquivo **do Professor** Joaquim Mattoso Câmara Jr." (capa). A formulação do título do texto que será analisado mais adiante aponta para um dos lugares sociais que Mattoso Câmara assumiu em sua carreira, caracterizando-o como "professor". No entanto, não é possível depreender, nessa formulação, as diversas posições-sujeito que ele assumiu como estudioso da linguagem. Dizer a formulação "do professor Joaquim Mattoso Câmara Jr." a partir do lugar da Universidade Católica de Petrópolis pode apontar para a relação estabelecida entre um e outro (sujeito e instituição) e, assim, para trabalhos desenvolvidos por Mattoso Câmara como professor: planos de aula, aulas, provas etc.. Mas não necessariamente aponta para trabalhos desenvolvidos por um gramático, filólogo, linguista, estilista, resenhista, isto é, para tantas outras posições-sujeito de Mattoso.

Logo após a formulação descrita acima, observa-se que há uma especificação sobre o acervo, ao se delimitar sua constituição: "A biblioteca e o arquivo **do prof.** Mattoso Câmara Jr. constituem rica fonte de pesquisa bibliográfica e documental **na área da Lingüística e de sua história.**" (Apresentação, p. 3). Então, "na área da Lingüística" determina o campo de atuação do professor Mattoso: professor de Lingüística. Mais ainda: a expressão "na área de Lingüística e de sua história" marca uma ambiguidade – história da Lingüística ou história do professor Mattoso? – da qual se pode depreender que "a história da Lingüística e a história do professor" se entrecruzam.

A historicidade que se constrói em torno de Joaquim Mattoso Câmara Júnior do lugar da instituição Universidade Católica de Petrópolis, mais precisamente, do lugar de memória constituído pelo CEL-Mattoso Câmara não se resume a essas formulações, tampouco à descrição do inventário. Expande-se para todos os monumentos que lá estão resguardados e resguardam uma memória sobre Mattoso, memória esta constituída de acontecimentos a serem lembrados e a serem esquecidos. A construção do CEL-Mattoso Câmara é a institucionalização dessa memória e esta institucionalização caracteriza a materialidade dessa memória. Ao se construir um CEL, determina-se uma certa discursividade sobre esse estudioso da linguagem que se materializa na organização do seu arquivo, desde as obras que o compõem até a maneira como se dispõem para quem tem (e deve ter) acesso a elas. Aliás, a própria delimitação do acesso ao arquivo já incide sobre essa discursividade.

Bem como em qualquer prática languageira, na construção de um arquivo, o(s) sujeito(s) está(ão) injungidos a significar(em), significar(em)-se e ser(em) significado(s). Logo, a interpretação dos sujeitos perpassa as práticas de leitura de um arquivo, seja no seu processo de construção, seja no de observação. No discurso arquivístico, o arquivo contempla materiais tratados em sua leitura como documentos. E como tais, não se considera a opacidade constitutiva de seus objetos, a constituição dos sentidos em torno dos documentos é transparente, não se percebe que sua construção se dá na história.



A partir de uma leitura que considera a história e o político, o arquivo se constitui com/por monumentos textuais. Dito de outro modo, os fatos de linguagem passam a ser vistos como monumentos. A respeito disso, Foucault, em *Arqueologia do Saber* (2008, p. 157) observa que os (efeitos de) sentidos não estão naquilo que se produz como objetos-rastros dos acontecimentos, que se fixam ou se apagam, caracterizando os discursos, mas sim na historicidade que constitui os próprios discursos, nas práticas que dão corpo a determinadas discursividades e não a outras. Os objetos-rastros, sendo materiais de linguagem, estão sujeitos à opacidade e, assim, olhar para os processos de produção de sentidos em torno da sua constituição como memória (lembança / esquecimento) é o que interessa na leitura de arquivo.

Para empreender uma releitura da noção de arquivo que explicita a passagem da observação de textos como documentos para a observação de textos como monumentos, trago o texto da descrição do inventário do acervo de Mattoso Câmara feita pela bibliotecária-chefe Maria das Neves Krüger, em 1998, quando elaborou uma publicação interna, em suas palavras, com "o objetivo de informar e divulgar a bibliografia e a documentação existentes relativas à vida e obra do professor Mattoso Câmara" (p. 3). Coloco esse texto na sua relação com a constituição do CEL-Mattoso Câmara e com a história de sua constituição. A própria "descrição", portanto, não é analisada como um documento aqui, mas sim como monumento que me permite observar os acontecimentos em sua relação constitutiva entre linguagem e história e compreender como se dá o processo de produção de sentidos em torno da memória que se tece do CEL-Mattoso Câmara sobre Mattoso Câmara. Embora se apresente como texto documental, a descrição será tomada como fato de linguagem e, sendo assim, como monumento textual.

Nesse material, faço dois recortes. O primeiro se compõe pelo texto de apresentação do acervo e é formado pelas sequências discursivas de 1 a 4 (SD1 a SD4). E o segundo, pelo texto sobre a organização do acervo e é formado pela sequência discursiva 5 (SD5). No primeiro recorte, de-superficializo a "apresentação", destacando as seguintes sequências discursivas, nas quais depreendo marcas linguísticas que dizem respeito à apresentação do arquivo e ao tratamento que lhe foi dado²:

SD1) "A Biblioteca e o arquivo do Prof. Mattoso Câmara Jr. constituem rica fonte de pesquisa bibliográfica e documental da área da Linguística e de sua história."

SD2) "O acervo, constituído de livros, folhetos, separatas e periódicos, foi logo catalogado e classificado, estando à disposição de estudantes, professores e pesquisadores desde 1971."

SD3) "A Biblioteca Central, em maio de 1991, iniciou a informatização de seus serviços, ocasião em que foi dada prioridade à documentação que até então não havia recebido tratamento técnico, como separatas, relatórios técnicos e artigos de periódicos..."

² Todas as sequências discursivas desse recorte encontram-se no texto de apresentação, na página 3 da publicação *Biblioteca e arquivo do prof. Joaquim Mattoso Câmara Jr.* (1998).



SD4) "A Biblioteca e o arquivo já estão com 90% de sua documentação informatizada, podendo prestar e localizar informações sobre o conteúdo documental deles."

A apreensão das marcas linguísticas destacadas nessas sequências – tais como "rica fonte de pesquisa documental", "catalogado e classificado", "prioridade à documentação que até então não havia recebido tratamento técnico", "documentação informatizada", "conteúdo documental" – aponta para uma regularidade que permite dizer que há, na organização do Centro, um gesto de "leitura documental" da produção intelectual de Mattoso, em que importa o processo de tratamento e organização do acervo. Não se problematiza a constituição, a formulação e a circulação³ de sentidos que ganham corpo nas obras, a historicidade que constitui cada uma delas. Observam-se as obras como produto e não como processo.

Para a leitura de arquivo tratada como leitura documental importará mais a quantidade de obras sobre determinado assunto e a sua separação de acordo com o tipo de obra, como se pode verificar na medida em que a bibliotecária-chefe elabora a "ficha técnica" na "descrição", subdividindo o arquivo do "professor Joaquim Mattoso Câmara Jr." pela "quantidade e espécies de documentos", a saber: "manuscritos, impressos, datilografados: 380; correspondência: 2880 – cartas e cartões; separatas e avulsos: 1055; recortes de jornais: 98; fotografias: 32; documentos pessoais: 97. Total de documentos: 4542". E subdividindo-o também em séries, tais como: "produção intelectual do titular; produção intelectual de terceiros (A/Z); correspondência do titular; recortes de jornais; documentos pessoais, familiares e outros; fotografias; correspondência da ALFAL / PILEI e Associações de Linguística".

Embora haja um gesto de interpretação ao se fazer essa divisão, não se leva em conta a historicidade que está imbricada nessa produção. Mais uma vez se privilegia o produto em detrimento do processo. Desse modo, pode-se pensar que Maria das Neves, formulando essa descrição a partir da posição-sujeito bibliotecária-chefe, em seus dizeres, atualiza o papel desempenhado pelo bibliotecário e o modo de dizer do discurso arquivístico: aquele que separa, seleciona, classifica, cataloga e, sobretudo, que é, dessa posição, autorizado a isso, pois o faz do lugar da instituição, que fala por ele. Em outras palavras, o funcionamento institucional se dá pelo apagamento da autoria desse sujeito que produz uma leitura desse arquivo. A instituição passa a falar em seu lugar: "a Biblioteca Central (...) iniciou...". Do seu lugar autorizado, também diz quem pode (deve) e quem não pode (não deve) ter acesso ao arquivo. Assim, observa-se na sequência discursiva 2 (SD2) que estão autorizados a terem acesso ao arquivo os "estudantes, professores e pesquisadores".

Mas, como diz Pêcheux (2009 [1975], p. 277), "apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas". Assim, podem-se apreender deslocamentos, por exemplo, na rede de dizeres do discurso documental e de posições-sujeito, produzidos justamente porque o sujeito está imerso na ilusão de que é origem do dizer e de que a

³ Essas são noções trabalhadas por Eni Orlandi, em seu *Discurso e texto* (2005), por exemplo.



linguagem é transparente, isto é, ele está sob o "efeito-sujeito" decorrente dos esquecimentos nº 1 e nº 2 (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 161-162).

É assim que, no ritual do discurso arquivístico aqui analisado, observa-se que, ao descrever o acervo a partir da posição-bibliotecária, foi produzido um deslizamento no modo de constituição do discurso documental: "A Biblioteca e o arquivo do Prof. Mattoso Câmara Jr. constituem rica fonte de pesquisa bibliográfica e documental da área da Linguística e de sua história." (p. 3). Ao qualificar o acervo como "rica fonte..." a bibliotecária marca-se como sujeito em deriva nesse discurso institucional. É a força da materialidade da língua inscrevendo o sujeito na discursividade (de construção) do arquivo e, com ele, seu gesto de interpretação.

Em *Ler o arquivo hoje* (2010, p. 59), Pêcheux observa que há que se pensar na existência da "materialidade da língua na discursividade do arquivo". Sendo assim, ele aponta para a relação entre língua e história na constituição do arquivo, dizendo que "é esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo" (*id.*, *ibid.*, p. 58). Desse modo, ao se organizar um arquivo, há que se pensar em sua construção na relação com sua constituição.

No segundo recorte que proponho, de-superficializo o texto sobre a organização do acervo de Mattoso Câmara, destacando a sequência discursiva a seguir:

SD5) "A série **Produção Intelectual do Titular** está organizada segundo a natureza dos documentos: aulas, palestras, pareceres, conferências, congressos e outros anteriormente já identificados pelo titular. Na série **Produção Intelectual de Terceiros** incluiu-se todos os trabalhos recebidos pelo titular. Encontram-se ordenados alfabeticamente. Na série **Correspondência do Titular**, os documentos encontram-se arquivados por ano da primeira correspondência e o último, formando um dossiê, e colocados em pastas suspensas cronologicamente e ordenados alfabeticamente. A correspondência após descrita foi digitalizada numa base de dados de nome AMC em Micro-Isis. Na série **Recorte de Jornais**, os documentos foram ordenados cronologicamente segundo sua periodicidade. Os artigos foram descritos resumidamente. Na série **Documentos Pessoais e Familiares** observou-se a ordenação cronológica das pastas e por fim na série **Fotografias** as fotos estão ordenadas cronologicamente por datas, e identificadas as pessoas e os eventos. (MNK)"

Bem como no recorte anterior (o da apresentação), observo nesse o distanciamento do sujeito ao dizer (a partir) do lugar institucional – funcionamento que se verifica nas formas verbais, por exemplo: "está organizada", "incluiu-se", "encontram-se", "foi digitalizada", [foi] "descrita", "foram", "observou-se", "estão ordenadas". Ao produzir dizeres na voz passiva sintética e analítica, ou utilizando-se da terceira pessoa verbal, marca-se, ao mesmo tempo em que se distancia como autor de determinada leitura do arquivo, a aproximação da bibliotecária em relação a uma autoria sustentada pela instituição.

As marcas linguísticas em negrito caracterizam-se pelos títulos sob os quais estão categorizadas as sessões do acervo e as marcas sublinhadas apresentam o modo de organização dos textos nas sessões. O funcionamento discursivo da divisão do acervo em sessões e a



caracterização de cada uma delas têm como efeito a divisão do trabalho de leitura. Desse modo, o trabalho de leitura desse arquivo é atravessado pelas determinações da Instituição.

Ler os textos do arquivo enquanto documentos é uma prática de leitura que os esvazia de sua historicidade. Na prática de leitura de arquivo é preciso olhar para seus textos como monumentos, conforme Foucault propõe em *Arqueologia do Saber* (2008) e, em consonância com este, Pêcheux em *Ler o arquivo hoje* (2010). Ao analisar a descrição do inventário do acervo do CEL-Mattoso Câmara, tomando-a como monumento textual, é possível compreender, inicialmente, que há uma prática de leitura que o institui e como ela se constitui; e que essa prática de leitura está baseada no discurso arquivístico. Isso, todavia, não me permite aprofundar as questões que se puseram para mim quando constatei a existência do Centro.

A constituição do arquivo não se dá fora da história e de modo indiferente a determinadas condições de produção. Pelo contrário. É justamente pela relação entre língua e história que ela é possível. Essa relação é marcada por uma memória que fala antes e que possibilita o dizer. Diz Orlandi (1999) que "a memória – o interdiscurso, como definimos na análise de discurso – é o saber que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer." É porque há memória discursiva que acontecimentos como a fundação do CEL-Mattoso Câmara são possíveis de se inscreverem na história e de instituírem uma determinada direção de sentidos na leitura de arquivo.

Portanto, devemos tomar o arquivo na história, relacionar memória institucionalizada e memória discursiva. Assim, o material descrito no inventário deve ser tomado como monumento textual, como fato da língua que se inscreve no processo de produção de sentidos sobre o linguista Mattoso Câmara. Pêcheux diz (2010, p. 58): "tudo, ou quase tudo, resta a ser explorado: o *fato da língua* foi, e permanece, consideravelmente subestimado em todos os projetos de leituras de arquivo". Enquanto monumento textual, a descrição do inventário me abriu as portas para os diversos materiais a serem explorados no Centro de Estudos Mattoso Câmara; com gestos de interpretação mediados pelo dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso a se configurar sobre meu objeto de pesquisa, o CEL-Mattoso Câmara, será possível construir um arquivo constituído de fatos de linguagem (em contraposição à noção de dado, que, como se viu, está relacionada à exemplificação, quantificação, ilustração etc.). Os monumentos textuais, fatos de linguagem, serão entendidos como unidades linguístico-discursivas que, em sua formulação, trazem a memória discursiva, o interdiscurso, a historicidade que constituem os sentidos e que os fazem circular, ganharem corpo em um determinado discurso. Assim, será possível continuar a descrição do processo de compreensão da produção de sentidos sobre o estudioso da linguagem Joaquim Mattoso Câmara Júnior, sobre suas diferentes posições e, sobretudo, a posição linguista, e sobre o saber linguístico que se constitui em torno da sua figura no cenário de estudos linguísticos brasileiros.

Portanto, para a compreensão das questões que levanto em minha pesquisa de doutorado é preciso que eu vá mais adiante, que continue tendo gestos que me permitam construir um arquivo e uma leitura de arquivo que explicita o funcionamento discursivo do Centro de Estudos Linguísticos



Mattoso Câmara na constituição e circulação de uma determinada memória sobre o linguista Mattoso Câmara.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KRÜGER, Maria das Neves. *Biblioteca e arquivo do professor Joaquim Mattoso Câmara Jr (1998)*. [material digitado, impresso e encadernado]

ORLANDI, Eni. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. *Rua* [online]. 2010, nº 16, v. 2.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010 [1994].

_____. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009 [1975].